

RAUL JOBIM BITTENCOURT NA UNIVERSIDADE DO BRASIL: CORRESPONDÊNCIAS, PRODUÇÕES E REDES INTELECTUAIS¹

Patrícia Siqueira Marcondes²
Juliana Martins Cassani³

Introdução

O presente trabalho integra o início das investigações do Doutorado em Educação e tem como objeto e fonte de estudo o acervo do intelectual Raul Jobim Bittencourt. Esse conjunto documental, integrado o Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes)⁴, abrange o período de 1902 a 1985. A organização e a descrição do material seguem as normas e as convenções estabelecidas pelo Conselho Nacional de Arquivos (Brasil), em conformidade com a Nobrade – Norma Brasileira de Descrição Arquivística (2006), viabilizando a salvaguarda e o acesso adequado às fontes, para fins de pesquisa e estudo da memória educacional.

A documentação do intelectual foi incorporada ao acervo do Proedes/UFRJ por meio da doação realizada por Maria Bittencourt⁵ em 1990. Ao confiar à instituição um acervo de caráter íntimo e profissional, parece-nos que a Sra. Maria Bittencourt buscou garantir a preservação da memória de Bittencourt, mas também possibilitou o acesso público a fontes que revelam aspectos centrais da história da educação brasileira no século XX. O diálogo com Mogarro (2012) permite-nos compreender a sua iniciativa:

No registo mais íntimo da vida privada, os arquivos particulares de antigos alunos e professores guardam espólios constituídos por materiais muito variados, geralmente produzidos pelos próprios proprietários do arquivo. A conservação desses documentos ao longo de uma vida e a emoção com que são revisitados pelos seus detentores/produtores evidencia a importância que as pessoas atribuem aos processos

¹ Este trabalho constitui-se desdobramento dos projetos de pesquisa: “Explorando o Centro de Memória Inezil Penna Marinho: documentos, oralidades e artefatos culturais que (re)escrevem a história da Educação e da Educação Física”, Processo: 421176/2023-7 – CNPq; e “A circulação de teorias educacionais na imprensa periódica da Educação Física: intercâmbios entre os Países latino-americanos (1932-1960)”, Processo 260003/006399/2024 – Faperj.

² Pedagoga pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF), especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestre e doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

³ Professora dos Programas de Pós-Graduação em Educação Física e em Educação (Mestrado e Doutorado) da UFRJ e do Curso de Licenciatura em Educação Física da mesma instituição. Pós-doutora, doutora e mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Vice-coordenadora do Centro de Memória Inezil Penna Marinho e pesquisadora do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes), ambos vinculados à UFRJ.

⁴ Situado na Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

⁵ Esposa de Raul Jobim Bittencourt (Granato, 2025, p. 1133).

escolares e formativos nas suas histórias de vida, assim como aos percursos profissionais, no caso dos professores (Mogarro, 2012, p.87).

Conforme afirma Mogarro (2012), os arquivos particulares guardam o registro mais íntimo da vida privada e profissional de alguém, expressando a importância que seus detentores atribuem às experiências formativas e trajetórias docentes. Nesse sentido, o ato de Maria Bittencourt ultrapassa o campo familiar e se insere no compromisso ético e coletivo de preservar a memória intelectual de um educador cuja trajetória se entrelaça com a constituição da própria Universidade do Brasil, hoje UFRJ, e com os debates sobre a institucionalização da educação superior no país.

Raul Jobim Bittencourt, filho de Oscar Muniz Bittencourt e Francisca Jobim Bittencourt, nasceu em 2 de janeiro de 1902, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e faleceu em 20 de março de 1985, no Rio de Janeiro. Sua trajetória formativa teve início na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, onde concluiu o curso em 1923. Conforme Granato (2025, p. 1133), Bittencourt foi um “estudioso incansável, dedicou-se não só à medicina, mas também à economia, à política e a história e filosofia da educação”.

No âmbito profissional, Bittencourt ocupou diversas funções. Foi professor no Colégio Porto Alegre (1924), livre docente de Clínica Psiquiátrica na Faculdade de Medicina de Porto Alegre (1925) e médico psiquiatra na Assistência de Alienados do Rio Grande do Sul (1926-1933). Atuou como delegado oficial do Rio Grande do Sul, na I Conferência Nacional de Educação promovida pela ABE (1927) “[defendendo] os ideais político-ideológicos dos pioneiros da Educação Nova” (Granato, 2025, p. 1134). Foi professor da Escola Normal de Porto Alegre (1927-1928), deputado estadual (1929-1930) e secretário do Ministro da Educação e Saúde (1931).

Posteriormente, Bittencourt exerceu cargos, como diretor-geral da Instrução Pública do Rio Grande do Sul (1933-1934), deputado federal e membro da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados (1934-1937), além de ter se tornado catedrático na Faculdade Nacional de Filosofia e na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil. Granato (2025) explicita:

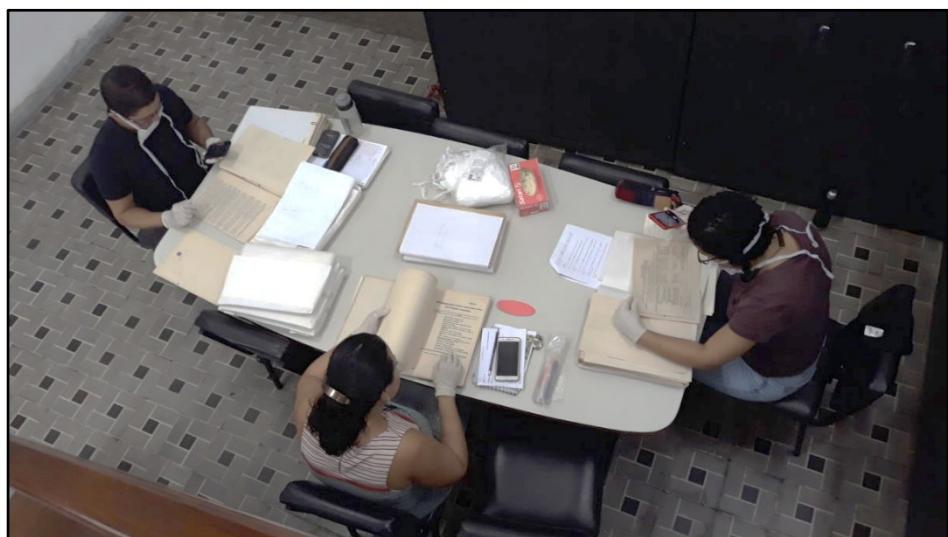
Tendo sido, durante muitos anos, professor catedrático de história e filosofia da Educação na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, e membro de seu conselho Universitário, de 1939 até sua aposentadoria, já na então faculdade de educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Raul Jobim Bittencourt teve a oportunidade de elaborar e transmitir sua filosofia da educação a numerosos alunos que se tornaram futuros educadores (p.1134-1135).

A análise dos documentos preservados no acervo do Proedes permite-nos compreender a inserção de Bittencourt nos debates educacionais do século XX, mas também as suas contribuições para as discussões em torno da Universidade do Brasil, consolidada como referência na organização da educação superior no país. De acordo com Granato (2025), Bittencourt destacou-se como mediador de projetos voltados à institucionalização da educação superior brasileira, evidenciando o papel de sua produção tanto como testemunho quanto como intervenção crítica em um contexto marcado por intensas transformações no campo educacional.

Diante do exposto, o objetivo central desta pesquisa é analisar a trajetória intelectual e profissional de Raul Jobim Bittencourt, sinalizando a sua inserção em redes acadêmicas e políticas de seu tempo, bem como as suas contribuições para os debates educacionais à época, de modo a contribuir para o campo da História da Educação.

O Proedes como Espaço de Pesquisa: Salvaguarda do Acervo de Raul Jobim Bittencourt.

Figura 1- Sala de estudos do Proedes



Fonte: <https://proedes.educacao.ufrj.br/>

O Proedes teve sua origem em 1987, por iniciativa da professora Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero que, sensível à importância da memória e dos registros históricos, idealizou um projeto de pesquisa voltado à investigação e à preservação documental da educação brasileira. Naquele momento, como docente da Faculdade de Educação da UFRJ, coordenou uma investigação sobre a história da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi),

trabalho realizado a partir da organização do acervo documental dessa instituição. Como destaca a professora,

Teve início em janeiro de 1987 e foi desenvolvido até julho de 1990, com o apoio do CNPq, da FAPERJ e da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB/UFRJ), além de importante colaboração e assessoria do Arquivo Nacional na organização do fundo da Faculdade Nacional de Filosofia (Fávero, 2020, p.358).

Entre 1987 e 1990, pesquisadores e bolsistas da Faculdade de Educação da UFRJ dedicaram-se à investigação e à sistematização desse acervo, configurando o Proedes como Projeto Integrado. Em 1994, o trabalho foi legitimado pela Congregação da Faculdade de Educação sendo, no ano seguinte, reconhecido também pela Coordenação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) e pelo Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) da UFRJ, consolidando-se, assim, como Programa (Fávero et al., 1988).

No documento “Primeiro Relatório Parcial - *DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA À FACULDADE DE EDUCAÇÃO: resgate de uma história*”, é possível captar o processo de organização do Proedes:

Durante os primeiros meses de desenvolvimento do projeto, gastamos muito tempo no Arquivo da Faculdade de Educação/UFRJ, procurando localizar, em meio a muitos papéis ou caixas e gavetas cheias de pasta, a documentação referente à Faculdade Nacional de Filosofia. Pouco conseguimos até a segunda quinzena de setembro, quando a UFRJ, através da Fundação José Bonifácio, autoriza a contratação de uma arquivista e de uma estagiária em arquivologia para fazer o levantamento, a organização e a classificação do acervo referente à FNFi, guardado há cerca de vinte anos neste Arquivo (Fávero et al., 1988, p.6).

Cabe-nos, nesse momento, explicitarmos o contexto de criação da FNFi. Fundada em 1939, a FNFi desempenhou papel fundamental na formação de professores e na consolidação de pesquisas em diferentes áreas do saber:

Em 1939, através do Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril daquele ano, a FNFi foi instituída. Instalada em pleno Estado Novo, essa unidade encontra em sua trajetória grandes barreiras e dificuldades, muitas delas intransponíveis chegando às vezes a comprometer sua finalidade. Em 1968, a FNFi foi reestruturada, a partir das determinações contidas no Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, que fixou princípios e normas de organização para as universidades federais, no Decreto-Lei nº 252 de 28 de fevereiro de 1967, ao estabelecer normas complementares ao decreto anterior; e na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Desmembra-se então em diferentes institutos dedicados à pesquisa e ao ensino – nas várias áreas do saber – e na Faculdade de Educação (Fávero et al., 1988, p.10).

O arquivo da FNFi, cuja organização esteve na base da constituição do Proedes,

conserva-se até hoje como uma das fontes mais procuradas por pesquisadores interessados na trajetória da universidade e no desenvolvimento da educação superior no país. A relevância histórica da FNFi se explica pelo próprio contexto de sua criação, marcada pelas reformas educacionais do Estado Novo e pela centralização promovida pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, em um cenário de intensas disputas ideológicas e de esforço estatal em direcionar a educação para a formação de elites comprometidas com a manutenção da ordem. Apesar das dificuldades enfrentadas em sua trajetória, muitas vezes comprometedoras de suas finalidades, a FNFi constituiu-se como um núcleo central de produção de conhecimento e de institucionalização da pesquisa acadêmica no Brasil:

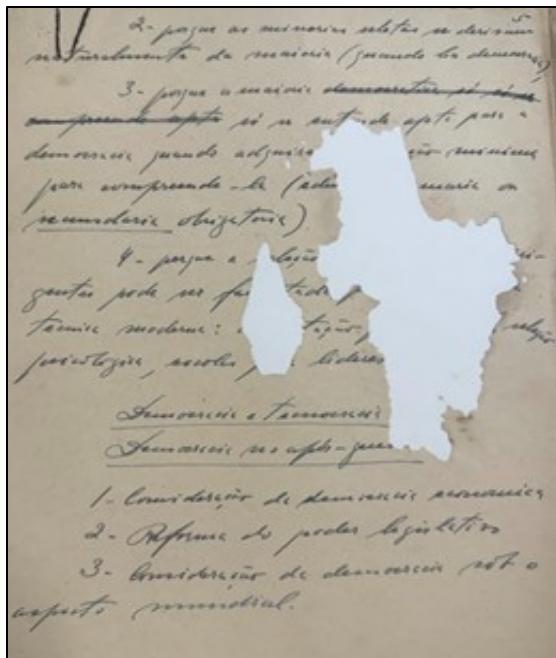
[...] no início da pesquisa sobre a Faculdade Nacional de Filosofia, não tínhamos ideia precisa da situação em que se encontrava seu acervo. Para surpresa nossa e da equipe, deparamo-nos com grande quantidade de documentos sem nenhuma organização arquivística, muitos deles estragados, com perda de informações, outros acidificados pela falta de climatização, muitos danificados pela ferrugem de clipes e grampos, vários incompletos (Fávero, 2020, p. 360).

O relato de Fávero (2020) evidencia o estado físico de deterioração do acervo da FNFi naquele momento, suscitando-nos reflexões mais amplas sobre o descuido histórico com a memória institucional e intelectual da educação brasileira. A ausência de organização arquivística e as condições precárias de conservação apontam para uma descontinuidade nas políticas de preservação documental, revelando o modo como as trajetórias de instituições formadoras e de seus sujeitos se perdem ou se tornam invisíveis. Essa situação problematiza a própria constituição da pesquisa histórica em educação, que depende desses vestígios materiais para reconstituir percursos, práticas e disputas de sentido.

O documento “Perspectivas sobre o futuro da democracia”⁶, de autoria de Raul Bittencourt, apresenta-se atualmente em estado de conservação delicado, evidenciando os efeitos do tempo e das condições inadequadas de armazenamento a que foi submetido:

⁶ Anotações de estudo intitulado “Perspectivas sobre o futuro da democracia” 6p. manuscritas com partes danificadas. Acervo: Proedes.

Figura 2: Anotações de Raul Bittencourt



Fonte: Proedes/UFRJ.

A imagem mostra um manuscrito do intelectual que se encontra visivelmente danificado, apresentando grandes lacunas de perda de suporte no centro da folha, o que compromete parte do conteúdo textual. Trata-se de um documento manuscrito, cujo estado físico evidencia o processo de degradação do papel, com oxidação, descoloração e fragilidade nas fibras, possivelmente resultantes da ação do tempo, da umidade e do manuseio inadequado. Esses danos materiais dificultam a leitura integral do texto e impõem desafios à pesquisa, ao mesmo tempo em que revelam a urgência de medidas de conservação preventiva. Mesmo fragilizado, o documento guarda indícios sobre o pensamento e a produção intelectual de Bittencourt, constituindo-se em importante testemunho da história política e educacional brasileira.

Entendemos ser necessário abordar esse tema, pois, no início do presente ano letivo, o Proedes/UFRJ enfrentou uma situação delicada em relação à preservação de seu acervo. A presença de cupins foi identificada em parte dos arquivos salvaguardados nas salas do Programa, exigindo medidas urgentes de controle e conservação. Tal episódio evidenciou a vulnerabilidade dos materiais documentais, sobretudo aqueles compostos por papéis antigos e de valor histórico, diante das condições ambientais e estruturais do espaço. Diante desse cenário, a equipe do Proedes mobilizou-se para conter o avanço da infestação e garantir a

integridade dos documentos, reforçando a importância de políticas permanentes de preservação, monitoramento e manutenção dos acervos históricos sob sua guarda.

Mais do que uma questão técnica, o estado do acervo interpela o(a) pesquisador(a) quanto às condições de produção do conhecimento histórico: o que é possível narrar quando as fontes se encontram fragmentadas, danificadas ou dispersas? Quais memórias são preservadas e quais se apagam em função das políticas (ou da ausência delas) de preservação? Assim, o contexto pelo qual atravessamos no Proedes convida-nos a refletir sobre o papel dos arquivos como espaços de disputa pela memória e pela legitimidade do saber educacional.

Com o intuito de dar visibilidade a essas trajetórias, o Proedes tem se consolidado como um espaço de preservação e consulta de documentos, correspondências, produções acadêmicas e materiais diversos, oferecendo subsídios para pesquisas sobre a história e as práticas educacionais no Brasil. Por nos referir especificamente ao acervo de Raul Jobim Bittencourt, compreendemos ser necessário apresentar o conceito de acervo assumido pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade, 2006).

O termo, segundo a Nobrade (2006) designa a totalidade de documentos sob a guarda de uma entidade custodiadora, pública ou privada, compreendendo o conjunto de registros produzidos e acumulados por uma instituição, pessoa ou família no exercício de suas atividades, independentemente da natureza dos suportes. Dessa forma, o acervo não se limita a um agrupamento físico de documentos, mas constitui um patrimônio informacional e histórico que reflete as práticas, os valores e a memória da entidade que o produziu. A noção de acervo, portanto, está intrinsecamente ligada à identidade institucional e à preservação da memória social, configurando-se como objeto de estudo, de conservação e de difusão do conhecimento.

O inventário de Raul Bittencourt que compreende os Arquivos de Educadores do Proedes, possui 325 páginas que indicam as pastas do acervo, a espécie dos documentos (abaixo-assinados, anotações, anteprojetos, apostilas, artigos, atas, certificados, contratos, correspondências, diplomas, discursos, entrevistas, jornais, livros, projetos, relatórios e teses), as suas datas, uma breve descrição e quantidade de páginas de cada documento.

Cabe-nos reiterar que a organização e disponibilização desses documentos possibilitam a recuperação da trajetória individual de Bittencourt, assim como o estudo das relações institucionais, das influências teóricas e das práticas pedagógicas que marcaram o período de sua atuação. Esses documentos evidenciam a memória individual do professor, assim como funcionam como patrimônio coletivo, oferecendo elementos para reconstruir a trajetória da

universidade, os debates acadêmicos e as políticas educacionais da época. Conforme Halbwachs (2006):

Se a memória individual pode, para confirmar algumas de suas lembranças, para precisá-las, e mesmo para cobrir algumas de suas lacunas, apoiar-se sobre a memória coletiva, deslocar-se nela, confundir-se momentaneamente com ela, nem por isto deixa de seguir seu próprio caminho, e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente à sua substância. (p. 49)

Ao articular os documentos de Bittencourt com os estudos sobre memória coletiva, como o de Halbwachs (2006), esta pesquisa reconhece que a construção do conhecimento educacional não se dá de forma isolada, mas em constante diálogo com múltiplos sujeitos e contextos históricos. A memória do educador, registrada em cartas, artigos e registros de aula, torna-se, assim, um ponto de encontro entre experiências individuais e coletivas, permitindo compreender como práticas, ideias e decisões pedagógicas se entrelaçam com os processos sociais e políticos de sua época. Assim,

A memória não faz corte ou ruptura entre passado e presente porque retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: há, na realidade, dois grupos que se sucedem. [...] Mas os conjuntos de homens que constituem um mesmo grupo em dois períodos sucessivos são como duas barras em contato por suas extremidades opostas, mas que não se juntam de outro modo, e não formam realmente um mesmo corpo. (Halbwachs, 2006, p. 81)

Esses documentos evidenciam a memória individual do professor, mas também se configuram patrimônio coletivo, oferecendo elementos para reconstruir a trajetória da universidade, os debates acadêmicos e as políticas educacionais da época.

Assim, a investigação justifica-se pela possibilidade de compreender o papel de um intelectual na história da educação brasileira e pelo aporte que oferece à historiografia educacional, à preservação da memória acadêmica e ao estudo da escola e da sociedade. Ao explorar o acervo de Bittencourt, este estudo reconhece a importância de discutir as continuidades dos processos educacionais no âmbito universitário e na formação de professores, mas sobretudo as rupturas, tensões e transformações que atravessaram a trajetória do intelectual e da própria FNFI.

No que diz respeito à organização do acervo, acenamos para o corpo de servidoras que garante a preservação, o tratamento e a difusão desse patrimônio documental. Denise Moraes,

Técnica em Assuntos Educacionais⁷, atua na mediação e sistematização do material, articulando a relevância histórica dos documentos com as demandas de pesquisadores que procuram o Proedes. Michele de Almeida Gomes⁸, Técnica em Arquivo, é responsável pelo tratamento arquivístico, implementação de práticas de preservação e organização das coleções, assegurando o acesso seguro e qualificado ao acervo.

Ao acessar os materiais do acervo do Proedes/UFRJ, é imprescindível orientar-se quanto ao uso de equipamentos de proteção individual, como máscaras e luvas, durante o manuseio das documentações. Essa medida garante a preservação dos documentos e a segurança do público. As orientações são realizadas por Denise e Michele, que acompanham os pesquisadores no correto manuseio do acervo.

O acesso ao acervo deve ser previamente agendado, sendo necessário marcar a visita com antecedência para consultar os materiais disponíveis. No site⁹ do Proedes/UFRJ, na seção Atendimento ao Público, encontram-se informações detalhadas sobre:

- Acervo: Arquivos Institucionais, Arquivos de Educadores, Coleções Institucionais, Coleções Temáticas e Coleções de Educadores;
- Notícias e Atividades;
- Linhas de pesquisa e integrantes do programa, incluindo Corpo Docente, Corpo Técnico e a Fundadora e Pesquisadora Honorária.

Essa organização facilita a orientação de pesquisadores e estudantes interessados em consultar e utilizar os documentos preservados pelo programa.

O trabalho conjunto do corpo técnico permite que o acervo de Bittencourt seja disponibilizado como fonte de estudo, possibilitando pesquisas que exploram sua produção intelectual, suas correspondências e a articulação de redes educativas no contexto da Universidade do Brasil. Esse esforço de organização e mediação do acervo reforça o papel do Proedes como espaço de preservação da memória educacional e como referência para pesquisadores interessados na História da Educação brasileira.

⁷ Doutora e mestre em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), graduada em História (UNIRIO) e em Comunicação Social – Jornalismo (UFRJ). Possui experiência em assessoria de órgãos públicos e atuação em veículos impressos e audiovisuais. Na área de História, dedica-se ao estudo do Brasil Império, com ênfase em escravidão e recrutamento militar. É especialista em Administração Pública Universitária (UFRJ) e Técnica em Assuntos Educacionais na mesma instituição.

⁸Mestra em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz (2022). Especialista em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (2010) e graduada em Arquivologia pela UNIRIO (2004). Servidora pública federal desde 2005, iniciou suas atividades na UNIRIO, atuando na gestão documental. Atualmente é Técnica em Arquivo na UFRJ, na Faculdade de Educação.

⁹ Site do Proedes/UFRJ: <https://proedes.educacao.ufrj.br/>

Teoria e Método

Reconhecemos as fontes como construções históricas, marcadas por intencionalidades, seleções e silêncios. Para Bloch (2001, p.68):

Uma ciência, entretanto, não se define apenas por seu objeto. Seus limites podem ser fixados, também, pela natureza própria de seus métodos. Resta, portanto, nos perguntarmos se, segundo nos aproximemos ou afastemos do momento presente, as próprias técnicas da investigação não deveriam ser tidas por essencialmente diferentes. Isto é colocar o problema da observação histórica.

As fontes históricas devem ser compreendidas como construções humanas, carregadas de intenções, escolhas e omissões, refletindo o contexto em que foram produzidas. Como observa Bloch (2001), a História não se define apenas pelo objeto de estudo, mas também pelos métodos utilizados na investigação, que delimitam o que é considerado relevante e válido. Assim, ao nos aproximar ou afastar do momento presente, é necessário refletir sobre a adequação das técnicas de pesquisa, reconhecendo que diferentes períodos exigem formas distintas de observação e análise. Essa reflexão constitui o chamado problema da observação histórica, que nos lembra que conhecer o passado envolve não apenas acessar fontes, mas interpretar suas construções e limites metodológicos.

Como fontes, assumimos as correspondências, manuscritos, relatórios, publicações e registros pessoais de Bittencourt, presentes em seu acervo. A periodização das fontes refere-se aos anos de 1939 e 1972, tendo em vista que o período correspondente à sua atuação na Faculdade Nacional de Filosofia e na Faculdade de Educação da UFRJ, estendendo-se até sua aposentadoria.

Indícios da Atuação de Raul Bittencourt na Universidade Do Brasil

Figura 3 - Entrada do Palácio Universitário da Universidade do Brasil



Fonte: <https://memorialdademocracia.com.br/card/capanema-cria-a-universidade-do-brasil>

A análise da trajetória de Raul Jobim Bittencourt no contexto da Universidade do Brasil exige considerar o cenário histórico em que a instituição foi consolidada. Faz-se necessário lembrar que, durante a década de 1930, o Poder Central delineou seu próprio projeto universitário, implementando medidas estratégicas que vão desde a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931, passando pela institucionalização da Universidade do Brasil, em 1937, até a criação da Faculdade Nacional de Filosofia, em 1939 (Fávero et al., 1988, p.15). É nesse contexto de articulação política e institucional que se insere a atuação de Bittencourt, cuja contribuição intelectual e pedagógica desempenhou papel significativo na consolidação das estruturas acadêmicas e na definição do pensamento educacional da universidade.

À época, a Universidade do Brasil foi criada durante o governo de Getúlio Vargas, com o propósito de estabelecer um modelo para o ensino superior nacional. A instituição teve origem na ampliação da antiga Universidade do Rio de Janeiro, fundada em 1920, incorporando a ideia de um campus universitário, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a fundação de novos institutos.

Nesse contexto, Raul Jobim Bittencourt destacou-se como professor catedrático de História e Filosofia da Educação na Faculdade Nacional de Filosofia a partir de 1939:

No Brasil, os privilégios do professor catedrático adquiriram uma feição histórica, apresentando-se o regime de cátedra como núcleo ou alma mater das instituições de ensino superior. E mais, a ideia de cátedra contida nesse Estatuto ganha força com as Constituições de 1934 e 1946, subsistindo até 1968, quando é extinta na organização do ensino superior, mediante a Lei nº 5.540/68 (Fávero, 2006, p.24).

Esse modelo de organização do ensino superior reforçava a centralidade do professor catedrático, cuja autoridade se situava na sala de aula, mas também se estendia à gestão e ao direcionamento das pesquisas na área. No caso de Raul Bittencourt, a posição de catedrático possibilitou-lhe conduzir a formação de professores e pesquisadores, bem como intervir nos debates sobre a política educacional brasileira, consolidando sua influência intelectual e política no cenário acadêmico da época.

A extinção do regime de cátedra, a partir da Reforma Universitária de 1968, representou uma ruptura significativa na estrutura das universidades, que buscavam maior democratização e descentralização da autoridade docente. Contudo, pessoas como Bittencourt marcaram profundamente o período em que a cátedra vigorou, deixando contribuições que ultrapassaram os limites institucionais e influenciaram a construção de uma tradição de estudos sobre a educação no Brasil.

No artigo “Autonomia Universitária”¹⁰ publicado no Jornal do Brasil em 03 de agosto de 1947, Raul Bittencourt discute os desafios históricos e institucionais da universidade brasileira, em especial a luta pela autonomia universitária. O autor inicia seu texto comparando a realidade nacional com a de outros países da América Hispânica e dos Estados Unidos, onde as universidades surgiram desde o período colonial como centros autônomos de saber, cultura e pesquisa. Em contraste, aponta que o Brasil se atrasou nesse processo, limitando-se, por séculos, à criação de escolas isoladas, de caráter profissionalizante e fortemente controladas pelo Estado. Bittencourt (1947) observa que, apesar de o Brasil ter passado por três séculos de colonização e quase um século de soberania, o país não possuía uma organização de caráter universitário.

Para Bittencourt (1947), enquanto instituições como Harvard e a Universidade do México se consolidavam já no século XVII, o Brasil só fundaria sua primeira universidade em 1920, no Rio de Janeiro. Mesmo assim, ele ressalta que tal instituição era, na prática, apenas a reunião de faculdades isoladas, sem a organicidade, liberdade e missão científica que caracterizam uma verdadeira universidade.

¹⁰ Artigo de Raul Jobim Bittencourt sobre a “Autonomia da Universitária” publicado no Jornal do Brasil, 03 de agosto de 1947, 3p. datilografadas. Acervo Proedes.

O autor critica a excessiva tutela governamental sobre as universidades brasileiras, lembrando que a criação de cursos e faculdades estava subordinada a decretos ministeriais e a interesses políticos, o que comprometia a livre produção do conhecimento. Para ele, a autonomia universitária deveria significar não apenas a liberdade acadêmica e científica, mas também a autogestão institucional, garantindo às universidades o direito de planejar seu futuro e administrar seus recursos sem depender das oscilações da política:

Continuava, entretanto, enfermando do mal da imaturidade, a dependência por subordinação. O Ministro estabelecia os currículum, o Ministro escolhia os professores interinos, o Ministro distribuía as verbas, o Ministro designava o reitor e os decanos das faculdades, o Ministro resolvia da validade dos concursos, o Ministro dava ou negava casa, mobília e aparelhagem, o Ministro aprovava os horários de aula!... (Bittencourt, 1947, p.2)

Bittencourt (1947) reconheceu avanços recentes para a época, como o Decreto-Lei de 17 de setembro de 1946, que estabeleceu o *Estatuto das Universidades Brasileiras*, mas alertou que uma lei, por si só, não asseguraria a autonomia: seria necessário compromisso político e social, além da defesa ativa por parte de professores, estudantes e da comunidade acadêmica. Segundo Faria Filho (1998, p. 102), toda lei possui um aspecto discursivo “, isto é, a lei como linguagem”. Assim, as leis configuram um dispositivo normativo, mas sobretudo significam práticas sociais que produzem e difundem sentidos, expressando projetos políticos, disputas de poder e diferentes concepções de sociedade e de educação.

Nessa direção, Bittencourt (1947) conclui que a autonomia universitária não deve ser concebida como uma concessão do Estado, mas como uma conquista histórica e política que demanda permanente defesa e atualização. Essa compreensão dialoga com o que afirma Faria Filho (1998, p. 106), ao destacar “o caráter de intervenção social subjacente à produção e realização da legislação escolar, quanto o fato de ser a legislação, em seus diversos momentos e movimentos, lugar de expressão e construção de conflitos e lutas sociais”.

A autonomia universitária, portanto, emergiria como resultado de processos de negociação e resistência, sustentados pela ação coletiva de sujeitos sociais que reivindicam espaços de liberdade acadêmica e de produção de conhecimento. Assim, a legislação, ao mesmo tempo em que expressa determinados projetos de governo, também se constitui em arena de tensionamentos, na qual se inscrevem as lutas pela democratização da universidade e pela preservação de sua função crítica na sociedade.

Assim, o artigo de Raul Bittencourt (1947) é, ao mesmo tempo, histórico e político. De um lado, recupera a trajetória tardia da Universidade no Brasil, em contraste com a de outros

países. De outro, lança um chamado à luta pela autonomia como condição fundamental para a existência plena de uma verdadeira universidade. Seu texto permanece atual ao expor tensões entre o poder estatal e a liberdade acadêmica, que ainda hoje fazem parte do debate sobre o ensino superior no país.

Considerações Finais

O Proedes, vinculado à Faculdade de Educação da UFRJ, constitui-se como um espaço de preservação, pesquisa e difusão da memória educacional brasileira. Para Fávero,

O trabalho com este Arquivo teve como uma de suas preocupações associar memória e história, a fim de que se possa preservar o passado dessa entidade acadêmico-científica e, ao mesmo tempo, proporcionar subsídios a pesquisadores empenhados em desenvolver estudos e investigações sobre a educação brasileira (2020, p.377).

A situação vivenciada pelo Proedes no início deste ano letivo, com a infestação de cupins em parte dos arquivos salvaguardados nas salas, reforça a urgência de refletirmos sobre os desafios da preservação documental em instituições de pesquisa e memória. O episódio revelou certa fragilidade física dos acervos históricos, mas também a necessidade constante de políticas institucionais voltadas à conservação preventiva e ao fortalecimento das condições de guarda e acesso.

Nesse sentido, os indícios dessa ocorrência reafirmam a importância do Proedes como espaço de salvaguarda e produção de conhecimento sobre a história da educação, cuja continuidade depende do cuidado permanente com seus documentos e da valorização das equipes responsáveis por sua preservação.

Além de desempenhar um papel essencial na preservação de acervos documentais, o Proedes destaca-se como um espaço de produção de conhecimento, possibilitando o diálogo entre memória, história e educação. Ao reunir arquivos institucionais, coleções temáticas e documentos pessoais de educadores, o programa oferece condições para que pesquisadores accessem fontes primárias que revelam trajetórias, ideias e práticas que marcaram a educação no Brasil ao longo do tempo.

Nesse contexto, a investigação sobre Raul Jobim Bittencourt (1902–1985), desenvolvida com base no acervo do Proedes, possibilitou identificar indícios que revelam a amplitude de sua trajetória intelectual e o entrelaçamento de sua vida com os movimentos educacionais, políticos e culturais do século XX. As correspondências, manuscritos, relatórios e produções acadêmicas que integram o acervo constituem vestígios de um percurso

comprometido com a institucionalização da educação e com o fortalecimento da Universidade do Brasil como espaço de formação e reflexão pedagógica.

Os indícios presentes nas fontes permitem compreender o papel de Bittencourt na consolidação de práticas e ideias educacionais, mas também as transformações que marcaram a história da educação brasileira entre as décadas de 1930 e 1970. Ao examinar esses documentos, identificamos sinais das redes intelectuais das quais participou, das interlocuções com outros educadores e das tensões que atravessaram o campo educacional no contexto de reformas e disputas em torno do projeto de modernização do país.

De acordo com Granato (2025, p. 1135),

Como participante do ideário democrático-liberal da escola Nova, defendia o princípio de universalização do ensino, assumindo pelo poder público, no dever de proporcionar educação gratuita e obrigatória em todos os graus e ramos à totalidade do povo brasileiro, garantindo dessa forma, a igualdade de oportunidades para todos.

A leitura atenta desses registros indica que a trajetória de Raul Jobim Bittencourt ultrapassa o domínio biográfico e se projeta como campo de investigação histórica, em que os indícios contidos nas fontes revelam modos de pensar e agir sobre a educação, a ciência e a sociedade. Nesse sentido, o acervo de Bittencourt configura-se como um lugar de memória, oferecendo à pesquisa educacional elementos para compreender as permanências, rupturas e ressignificações que constituem a história da educação brasileira. De acordo com Pollak (1989, p.9), “há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos”.

O trabalho de preservação e difusão realizado pelo Proedes reafirma a importância dos arquivos de educadores como espaços de produção de conhecimento e de valorização da memória acadêmica. Conclui-se, portanto, que revisitar as trajetórias de Raul Jobim Bittencourt (1902–1985) é reconhecer, nos indícios dispersos em sua produção, uma rica fonte para compreender a constituição da Universidade do Brasil, os debates pedagógicos de seu tempo e os processos de construção da identidade educacional no país.

Referências

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/nobrade.pdf> Acesso em: 16 de out.2025.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação*. In: (Org.). *Educação, modernidade e civilidade: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 91-125.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque et al. *Da Faculdade Nacional de Filosofia à Faculdade de Educação: resgate de uma história* – Primeiro Relatório Parcial. Rio de Janeiro: Departamento de administração Educacional - UFRJ. Janeiro de 1988.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. Educar em Revista, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FÁVERO, MARIA DE LOURDES. *PROEDES-Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade: origens e desenvolvimento*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 36, n. 1, p. 357-381, 2020.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros; FÁVERO, Osmar (orgs.). *Dicionário de educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro; Brasília: UFRJ; INEP, 2025.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

MOGARRO, M. J. **Arquivos e educação: a construção da memória educativa**; Revista Brasileira de História da Educação, v. 5, n. 2 [10], p. 75-99, 10 fev. 2012.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.